

Nova mentalidade

Indústria incrementa investimentos na preservação de recursos naturais e cobra maior agilidade no licenciamento ambiental

As indústrias brasileiras estão conscientes da necessidade de adotarem práticas de gestão ambiental e pretendem ampliar seus investimentos destinados à proteção do meio ambiente. Mas a grande maioria delas enfrenta dificuldades na relação com os órgãos da área, diante da necessidade do cumprimento de exigências por vezes inadequadas sob o ponto de vista da aplicabilidade técnica e dos aspectos da sustentabilidade econômica.

Em Goiás, como em todo o Brasil, há desafios que precisam ser superados com urgência. Como integrar o setor empresarial e a sociedade civil na luta pelo desenvolvimento? Como promover avanços de forma ambientalmente correta e socialmente justa? "As estratégias devem ser traçadas no sentido da busca das soluções para questões essenciais e da promoção da qualidade de vida de toda a população", enfatiza Henrique Wilhem Morg de Andrade, presidente do Conselho Temático de Meio Ambiente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg).

Entre as mais frequentes reclamações empresariais está o licenciamento ambiental. Apesar de, teoricamente, representar uma ferramenta de viabilização do desenvolvimento sustentável, ele tem sido pauta constante de discussões e críticas. É claro que todo investimento público e privado em infra-estrutura ou em instalações produtivas (como a construção de novas fábricas, estradas, hidrelétricas etc) deve comprovar como vai administrar eventuais impactos sobre a natureza. Mas, a demora das análises dos processos pelos órgãos licenciadores (como Ibama, âmbito federal) e as autarquias ligadas às secretarias municipais e estaduais de meio ambiente, somadas às constantes intervenções do Ministério Público (que lança discussão para o terreno do Judiciário), arrastam ainda mais a liberação dos empreendimentos.

Em meio a um sistema ainda carente de ajustes, o Ministério Público deve posicionar-se como ombudsman na sociedade, no sentido de valorizar a própria independência e agir como impulsionador do desenvolvimento. "Só queremos que os acontecimentos sejam analisados com coerência, à luz da razão, e não, simplesmente, a partir de ideologismo infundado, do radicalismo de gabinete", reclama Andrade. Alguns especialistas alegam que, por vezes, o Ministério Público extrapola sua competência técnica, observando a lei sob um modo antigo de aplicação. "Infelizmente, em nosso país nesses mecanismos funcionam como forma de repressão e não de educação. O mundo evoluiu e as leis continuam estáticas. É sempre aquela visão de comando e controle, que vem de uma concepção militar de Estado

absoluto, que se espalhou por todas as esferas da gestão pública", completa Osmar Pires, presidente da Agência Ambiental de Goiás (leia entrevista nesta edição).

Pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI), intitulada A Indústria e o Meio Ambiente, revela que 74,5% das empresas de grande porte e 71,3% das pequenas e médias tiveram algum tipo de problema para atender às exigências dos órgãos oficiais. As dificuldades maiores foram enfrentadas pelo setor de borracha (88,2%), de papel e papelão (81,5%) e de minerais não-metálicos (78,4%). Para ter uma idéia, a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) levou nove meses para conseguir aprovar a expansão de sua planta de produção, localizada em Vitória, no Espírito Santo. E não para por aí. Projetos menores deixam de existir pelo simples fato de não se viabilizarem no momento certo. "No caso de Goiás, a licença ambiental vale para dois ou três anos, no máximo. Ou seja, antes mesmo de se começar a produzir, a autorização está vencida", acrescenta Andrade, que continua: "As dificuldades para o licenciamento atrasam o cronograma financeiro das empresas e suspendem as projeções de retorno dos investimentos, especialmente em um país em que a moeda perde valor ao longo do tempo. O setor pleiteia mais agilidade. Infelizmente, o serviço público demonstra fragilidade nesse sentido, pois a burocracia é muito grande."

As experiências goianas já demonstram que licenciamento precisa de tempo para alcançar uma resposta previsível. Para Andrade, trata-se de um meio de mediação de divergências, jamais de geração de conflitos. "Tudo fica muito 'ideologizado', as interpretações das leis vigentes e os processos ficam irritantemente lentos". Pires concorda com o representante da Fieg ao afirmar que o assunto não deve ser tratado sob o prisma da "paixão", da utopia. Ele defende a utilização de pressupostos mais adequados e observados na prática, como a racionalização do processo produtivo, que objetiva otimizar todas as etapas da fabricação do produto, com vistas à redução de custos e à diminuição da capacidade poluidora.

Para os dois entrevistados, a legislação vigente no precisa de constante atualização para representar um controle positivo da degradação ambiental. A eles, importa também a adequação dessas regras em compasso com o desenvolvimento tecnológico. "Leis formuladas há 20 ou 30 anos não consideram as soluções que a ciência disponibiliza hoje. Ainda falta promover a inserção da análise do ambiente natural no planejamento das ações estratégicas que evitam conflitos na fase de implantação dos projetos" sugere Pires.

"As normas ambientais para a propriedade rural são altamente restritas e, de certa forma, não consideram a realidade, mas simplesmente, o interesse oficial, que se apresenta com o apanágio de atender a vontade de sociedade. Nesse sentido, vale tudo". Essa crítica é feita pelo empresariado rural, nas palavras de Osvaldo Moreira Guimarães,

presidente da Comissão de Meio Ambiente da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (Faeg). Tal declaração evidencia que outra vertente do setor produtivo brasileiro encontra-se em situação complicada face aos requisitos apresentados pelos órgãos de gerenciamento ambiental.

"Não posso dizer que a relação entre empresariado e organismos de defesa do meio ambiente tenha mudado para pior. No que se refere à preservação, que exige uma melhoria na qualidade de alimentos, na vida sociedade, ela é saudável e necessária. Embora seja preciso um entendimento tanto do poder estatal nos três níveis de administração, quanto dos poderes Legislativo e Judiciário. Não se considera a realidade das propriedades, mas o nível que os formuladores das leis imaginam que elas devem ter. Não se faz ainda a implementação da legislação por meio de uma consulta prévia dos segmentos envolvidos, o que permite o aparecimento de condições que o proprietário rural não pode atender. Como resultado, ele é tido como um fora-da-lei, o que não é desejável para nenhum processo civilizado, para uma convivência harmônica nas cadeias produtivas e na relação com a sociedade", afirma Guimarães.

O trabalho CNI constatou que, em contrapartida, a indústria brasileira que responder positivamente às cobranças legais, aumentando os investimentos em preservação ambiental. Cerca de 73% das empresas se declaram interessadas em destinar recursos para essa área. A perspectiva é de que o número de empresas que vão aplicar mais 10% do total de seus investimentos em projetos em projetos ambientais, aumente dos 8,5% registrados em 2003 para 10,6%. Ao mesmo tempo, o total de empresas que pretendem usar menos de 2% dos recursos na área pode cair de 58,5% para 54,5%.

Para fazer com que o licenciamento ambiental realmente contribua para o desenvolvimento sustentável é vital eliminar a escassez de recursos humanos e tecnológicos por parte dos órgãos licenciadores. O problema é admitido pelo próprio Ibama, responsável pela liberação de obras com impacto nacional e regional. Outra questão importante é estabelecer competências claras entre as esferas municipal, estadual e federal. "O licenciamento deve ser estratégia para o Estado, pois lhe permite planejar e prever investimentos vinculados à sustentabilidade. O tratamento acaba sendo apenas burocrático", avalia o representante da Fieg.

Os caminhos para tornar o sistema eficiente estão sendo propostos e discutidos. A Fieg, por exemplo, incentiva a pareceria construtiva entre setor privado e organismos governamentais. Com isso, fortalece-se a descentralização, pois os Estados têm papel fundamental na situação, pois que recebem a maior demanda de licenciamentos. Andrade comenta que a presença de Osmar Pires na Agência Ambiental de Goiás instalou boa interlocução entre os setores. "Ele é um técnico e tem experiência ampla

na área. Agora, temos condições de sentar e discutir os problemas que nos atingem".

'Educação Ambiental' - A participação da Fieg é ampla e direciona-se para o estímulo ao uso adequado da energia na produção de bens e serviços. A entidade despende esforços para a melhoria da eficiência energética dos equipamentos, além de divulgar e disseminar experiências bem-sucedidas na área. Ela também premia indústrias nas áreas de ecologia, conservação e uso racional de energia. Os eventos, normalmente promovidos pelos Sistemas Fieg e CNI, em parceria com Ministério de Minas e Energia, Eletrobrás e Petrobrás, incentivam as indústrias a adotar ações que resultem em uso de tecnologias mais limpas, redução dos impactos ambientais, gerenciamento de resíduos sólidos, qualidade do ar, gestão de recursos hídricos e, ainda, iniciativas que estimulem a educação ambiental na empresa e na comunidade. Na última edição do concurso promovido pela Federação, a Monsanto conquistou o primeiro lugar na categoria educação ambiental, com o Projeto Soma, que promove campanhas de conscientização ambiental, legislação de agrotóxicos, descarte de embalagens e uso adequado de equipamentos de proteção. "Projetos dessa grandeza visam incentivar a conscientização ambiental", afirma Andrade, que percebe um quadro mais animador da consciência empresarial. Atualmente, em sua opinião, o setor está mais aberto a novas informações e opta pelo melhor caminho de atuação. E, como já menciono o próprio presidente da Fieg, Paulo Afonso Ferreira, em solenidade que marcou o lançamento do Programa de Bolsa de Resíduos em Goiás, "o empresário não está apenas preocupado com o lucro pelo lucro. O mais importante é produzir e consumir de maneira sustentável. Senão os bens naturais vão acabar, pois são finitos".